



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2023

Ficha Técnica

Título

Relatório de Sustentabilidade 2023

Edição

ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E.

Morada e Contactos

Estrada do Paço do Lumiar
Campus do Lumiar, Edifício D-1º Andar
1649-038 Lisboa

Tel. 213 114 140

Email: geral@ense-epe.pt

Autor

Unidade de Reservas e Petrolíferas
Departamento de Estudos e Acompanhamento

Data da Edição

Abril de 2024

Índice

1.	Introdução	4
2.	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável	5
3.	Formação	6
4.	Redução de desigualdades	8
5.	Energia renovável acessível	11
6.	Trabalho digno e crescimento económico	13
7.	Infraestrutura	15
8.	Responsabilidade Social	16
9.	Alterações climáticas	17

1. INTRODUÇÃO

O contexto nacional e internacional, mantendo-se um conflito no Leste da Europa e no Médio Oriente, continuam a ser condicionados de forma evidente por fatores atípicos com reflexos nos níveis de atividade económica e na trajetória de evolução dos níveis de crescimento potencial da nossa economia, que geram efeitos deveras condicionantes para o normal funcionamento das organizações deste setor.

Após um ano de 2020, que se traduziu no epicentro da crise pandémica e que gerou um efeito recessivo histórico, e depois de uma progressiva recuperação e normalização em 2021, das nossas sociedades, um pouco por todo o mundo, no ano de 2022 deu-se a invasão da Ucrânia pela Rússia que desencadeou uma subida generalizada dos preços energéticos que alavancou uma pressão inflacionista que teve e ainda tem consequências não negligenciáveis no desempenho micro e macroeconómico, com pressão sobre a formação de preços em quase tudo o que rodeia a estrutura de custos das diferentes organizações. A juntar-se a isto, no final do ano de 2023 vivemos a situação de conflito que envolve Israel e o Hamas e que tem-se arrastado com os receios de eventual escala que complique profundamente todo o Médio Oriente com potenciais reflexos no funcionamento de setores cruciais para a economia mundial, começando, desde logo, pelo mercado energético global.

Assim, este contexto internacional condiciona sobremaneira o setor energético e teve reflexos reais na economia portuguesa, bem evidentes no facto da inflação ter registado um nível expressivo, apesar de estar em trajetória de progressiva normalização, a que se somou a pressão sobre os preços de referência do petróleo bruto, dos produtos refinados, mas também da aquisição de condições de armazenagem ou de compra de CSO Tickets, que representam os principais custos desta entidade.

Apesar deste contexto macroeconómico que muito tem condicionado as opções e aconselhado algum ajustamento nos planos de atividades e orçamento, esta Entidade continuou a procurar garantir que os seus indicadores operacionais se mantivessem em patamares que assegurem a plena sustentabilidade da organização na concretização eficaz das suas competências legais e estatutárias, sem prejuízo de alguns fatores exógenos que não são passíveis de controlo pela ENSE como por exemplo a evolução das taxas de juro que têm reflexos nos custos financeiros.

2. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

Guiando-se pelas boas práticas internacionais de reporte (*Global Reporting Initiative*)^[3], a ENSE descreve sucintamente como a sua intervenção partilha dos valores e objetivos designados pela ONU^[4] como *Sustainable Development Goals* (SDG).

Como parte da agenda para o desenvolvimento sustentável para 2030, as Nações Unidas definiram em 2015, 17 objetivos prioritários de cooperação internacional.

Neste âmbito, a ENSE identifica, nas páginas seguintes, as áreas em que a sua atividade contribui para os objetivos da ONU.



[3] GRI: <https://www.globalreporting.org/>

[4] ONU SDG: <https://sdgs.un.org/goals>



3. Formação

Reconhecendo a devida importância, tanto para a valorização profissional dos seus recursos humanos, como para a manutenção de adequados níveis de eficiência e de competência técnica dos mesmos, a ENSE, tem vindo a investir cada vez mais na formação profissional aos seus colaboradores/as.

A ENSE tem um plano de formação anual para os seus colaboradores, que oferece a possibilidade, a cada trabalhador, de identificar as suas áreas de interesse e necessidades formativas. No âmbito desse plano, os colaboradores da ENSE frequentaram, ao longo de 2023, formações relacionadas com o desenvolvimento das suas competências, nomeadamente a sua atividade enquanto entidade fiscalizadora do setor energético e entidade central de armazenagem.

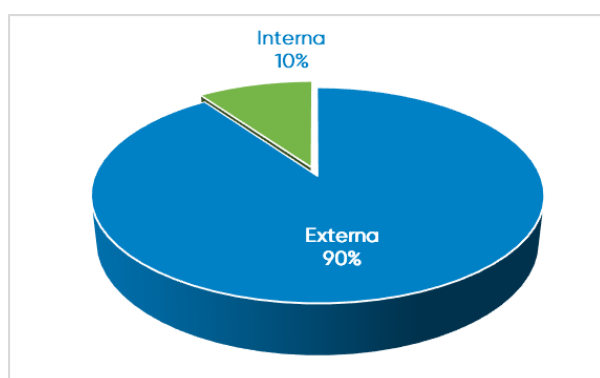
Não obstante as oscilações ocorridas em termos de recursos humanos, a ENSE proporcionou formação profissional a cerca de 94% dos colaboradores que ali exerceram funções no ano de 2023, sendo que, cerca de 36% realizou mais de 40 horas de formação, no cumprimento do estipulado no Código do Trabalho.

A preocupação de proporcionar aos seus recursos humanos, capacitação em diversas áreas formativas, tem sido demonstrada no planeamento anual da formação. Em 2021, deu-se prioridade à área Inspetiva, atendendo à entrada de novos inspetores que vieram reforçar a equipa de fiscalização. Em 2022, privilegiaram-se as áreas de Segurança e Saúde no Trabalho e as Tecnologias de Informação, sem descurar a área Inspetiva e de Reservas, áreas que totalizaram 82% do total de horas de formação realizada. Em 2023, em virtude do reforço do corpo inspetivo, reiterou-se a prioridade na formação na área inspetiva e de fiscalização, no sentido de capacitar os novos elementos com as competências necessárias ao desempenho da função, tendo essa formação totalizado 52% da formação realizada no ano.

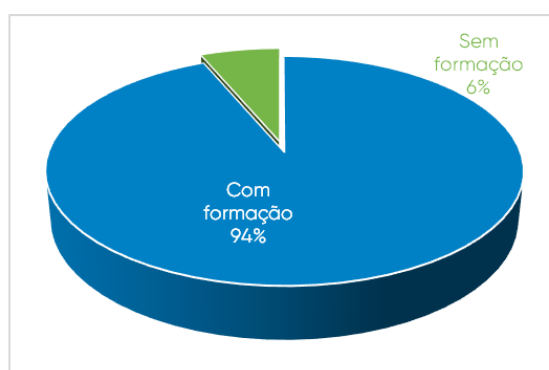


3. Formação

Volume da formação por tipo



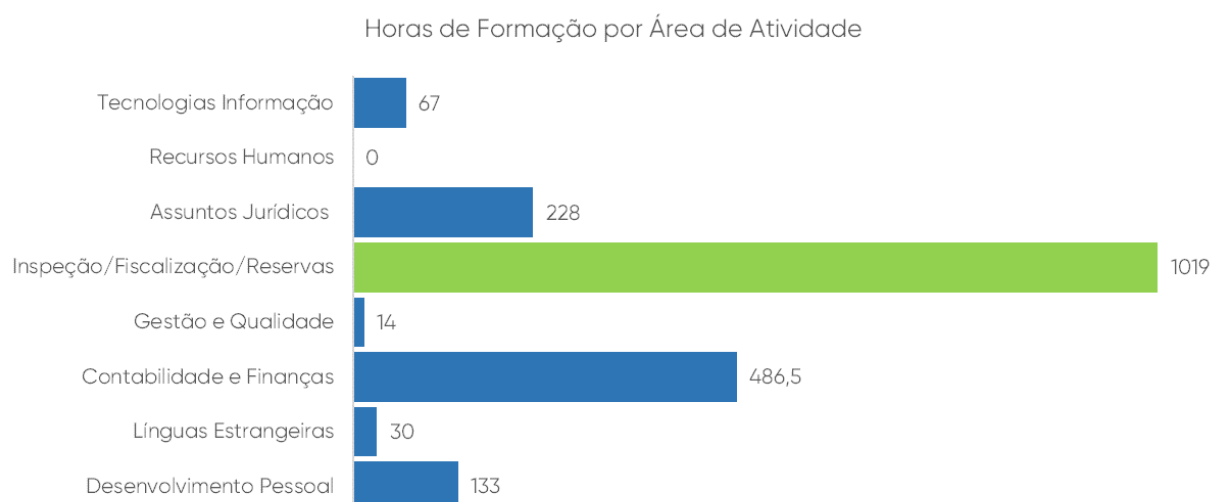
Tipo de Formação	Horas
Externa	1783
Interna	195
Total	1978



Colaboradores	
Com formação	44
Sem formação	3
Total	*47

*Colaboradores que exerceram funções durante o ano de 2023

Incidência da formação – áreas de atividade





4. Redução de desigualdades

Por forma a cumprir com os objetivos plasmados na Resolução do Conselho de Ministros n. 13/2013, publicada em 8 de março de 2013 e complementada pela Resolução do Conselho de Ministros n. 18/2014, publicada em 7 de março de 2014, a qual tem como finalidade a promoção da igualdade de género no mercado de trabalho e da eliminação progressiva das desigualdades salariais entre mulheres e homens, em 2023, esta entidade procedeu à elaboração do Plano para a Igualdade de Género para 2024, aprovado a 15 de setembro 2023, onde constam os compromissos da empresa traduzidos nas medidas que seguem:

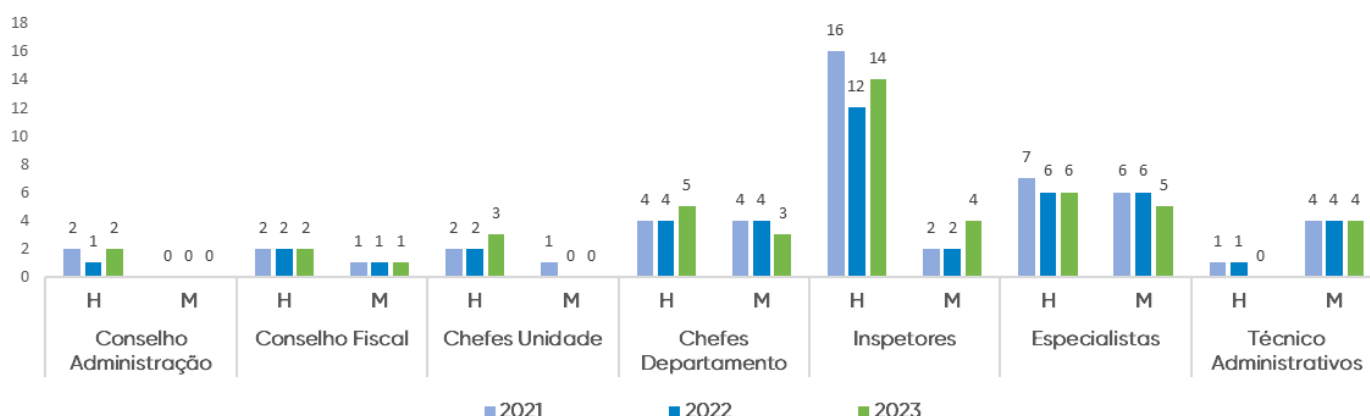
- Criação de um Comité (Task Force interna) para a Igualdade entre mulheres e homens e formalização das respetivas competências;
- Criação de mecanismos internos que incentivem a apresentação de sugestões, por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras, no domínio da seleção e recrutamento, da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, da proteção na parentalidade, da avaliação de desempenho, da política de progressão e desenvolvimento de carreiras e da política salarial;
- Criação e implementação de procedimentos formais para apresentação de queixa em casos de discriminação em função do sexo, da parentalidade e da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Criação de mecanismos institucionalizados de informação e consulta a trabalhadores e trabalhadoras ou às suas estruturas representativas relativamente a questões no domínio da igualdade entre mulheres e homens, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, e proteção na parentalidade;
- Conceção e lançamento de campanha de informação a todos/as os/as trabalhadores/as sobre os procedimentos a tomar para a comunicação de atos de ofensa à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade e de assédio moral e/ou sexual no trabalho, a ser apresentada no sítio eletrónico da empresa, na intranet, por correio eletrónico, e com afixação em locais internos de reconhecida visibilidade.

Na ENSE, e em termos gerais, existem mais homens do que mulheres, valor que se situa em cerca de 30%. Por grupo profissional, essa diferença só se dilui no Conselho Fiscal, nos Chefes de Departamento e nos Especialistas, acentuando-se no Conselho de Administração, nos Chefes de Unidade e nos Inspetores. No entanto, esta desigualdade não é intencional, salientando-se que esta Entidade respeita o princípio da igualdade entre mulheres e homens, sendo os seus recrutamentos efetuados em função das competências literárias e profissionais e não em função do género.



4. Redução de desigualdades

Evolução dos RH por grupo profissional | 2021-2023



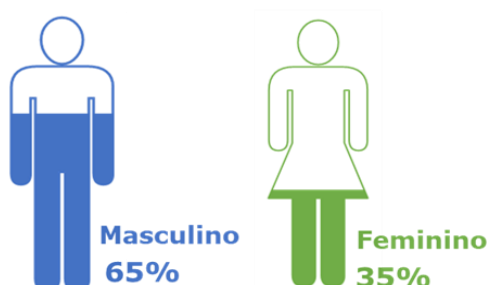
A ENSE admitiu, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023, um total de 31 colaboradores, dos quais 24 homens e 7 mulheres, na maioria com grau de licenciatura ou superior. Salienta-se que estas entradas decorreram de autorizações da tutela para aumento do quadro de pessoal, para fazer face ao aumento de competências que lhe têm vindo a ser atribuídas e, substituição de trabalhadores que saíram no decorrer destes 3 anos. Estas entradas, essencialmente para a carreira inspetiva, fizeram aumentar o número de trabalhadores homens.

Tendo as contratações para aquela carreira ocorrido através de procedimentos de pré-seleção, imparciais e não discriminatórios, a realidade é que se verificou uma fraca resposta de potenciais candidatos do sexo feminino aos procedimentos lançados, pelo que concluímos que a predominância de entradas de colaboradores do sexo masculino se justificou, essencialmente, pela própria natureza dos cargos a desempenhar e qualificações exigidas, centradas em cursos da área da Engenharia.

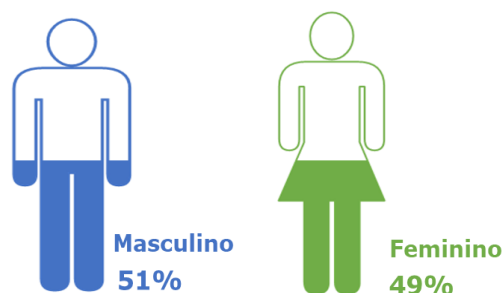
Assim, o sexo masculino continua a prevalecer na ENSE.

Trabalhadores por Género e Médias Salariais em 2022

% Trabalhadores por Género



Média Salarial por Género (%)



Fonte: ENSE



4. Redução de desigualdades

Em termos salariais, a ENSE dispõe de uma tabela salarial com posições indexadas à antiguidade e avaliação de desempenho, que se aplica de igual forma a trabalhadoras e trabalhadores. A média salarial dos colaboradores da ENSE aparenta uma pequena disparidade entre sexos. Mas é necessário salientar que os trabalhadores do sexo masculino, para além de serem em maior número, também são mais jovens e ainda em início de carreira, sendo que, as mulheres, em menor número, são de faixas etárias mais elevadas e consequentemente em posições remuneratórias mais elevadas da carreira.



5. Energia renovável acessível

É competências da ENSE a promoção e fiscalização do cumprimento das metas para a incorporação de biocombustíveis nos combustíveis comercializados em Portugal, num esforço civilizacional de incremento de uma economia mais sustentável, circular e que utilize de forma mais eficiente os recursos.

Em paralelo, no desenvolvimento da sua atividade de fiscalização, a ENSE procura, sempre que possível, contribuir para novas soluções que incrementem opções ambientalmente mais sustentáveis. Um exemplo concreto desse contributo foi o investimento realizado no âmbito da renovação da sua frota de veículos automóveis, que inclui agora veículos híbridos, sendo que em 2023 iniciou-se a utilização de biocombustíveis B100, colocando uma das suas viaturas movidas integralmente por HVO.

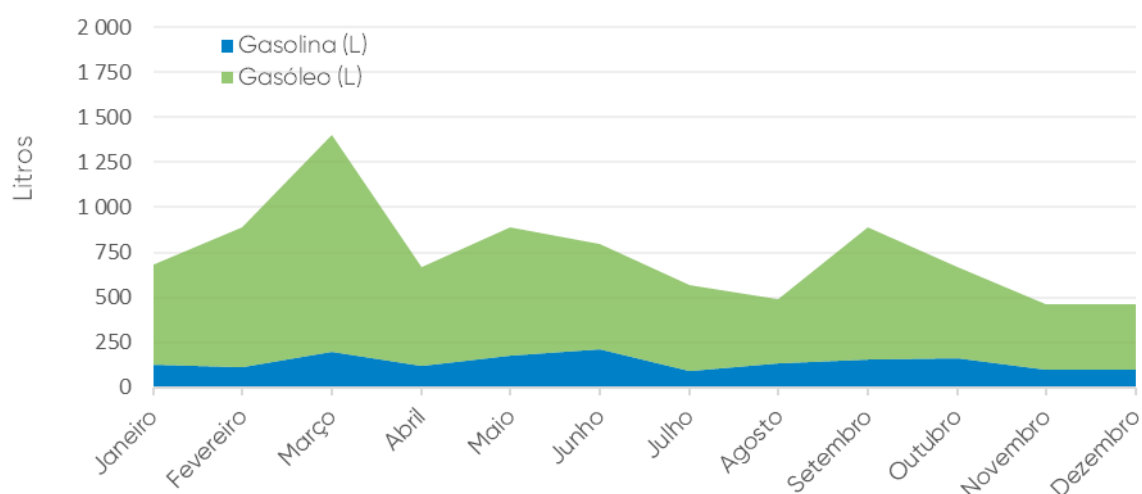
Para além disso, importa referir ainda que a ENSE continua a atualizar regularmente os seus equipamentos tendo também em consideração a sua eficiência energética.

No decurso do ano de 2023, as despesas com o funcionamento da entidade relativas à energia consumida constam na tabela que segue:

Despesa	2019	2020	2021	2022	2023	Δ%
Energia e fluidos	73 011	66 089	72 731	102 770	110 337	7%
Eletricidade	45 920	42 620	44 205	72 310	83 326	15%
Combustíveis	19 476	15 401	21 843	25 222	19 622	-22%
Combustíveis Órgãos Sociais	3 214	1 198	2 248	4 869	4 306	-12%
Combustíveis outros	912	1 219	873	1 069	1 835	72%
Combustíveis Gasolina	751	1 997	3 465	3 998	893	-78%
Combustíveis Gasóleo	14 598	10 988	15 257	15 286	13 002	-15%

Fonte: ENSE

Consumo de Combustíveis em 2023



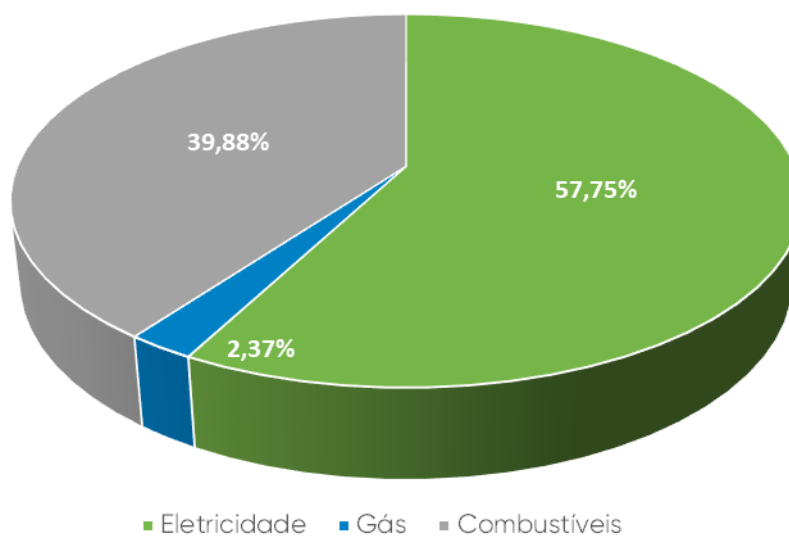


5. Energia renovável acessível

Na tabela que segue, é possível observar o consumo energético total da ENSE, tanto nas suas instalações como em deslocações:

Energia	Consumo	Unidade
Eletricidade*	204 885,00	kWh
Gás*	763,00	m ³
Gasóleo	7 148,66	Litros
Gasolina	1 704,66	Litros

*Dado a restrições administrativas o valor apenas inclui o consumo nas instalações do Depósito POLNATO de Lisboa



De notar que, em 2023, cerca de 57,75% da energia consumida foi na forma de eletricidade, enquanto os combustíveis totalizaram 39,88% e o gás natural apenas 2,37%. Os dados utilizados para a análise carecem da inclusão dos consumos na sede por restrições administrativas.



6. Trabalho digno e crescimento económico

No cumprimento da sua função de fiscalização/supervisão, a ENSE executa e concretiza um processo de desmaterialização total dos seus processos de e para todos os operadores, o que permite agilizar ainda mais os procedimentos, evita a necessidade de um reforço ainda mais robusto de recursos humanos e de alocação de meios financeiros para o cumprimento cabal das responsabilidades legais, ao mesmo tempo que garante a qualquer um dos intervenientes uma ferramenta gratuita e tão simples quanto o possível que não acrescente custos operacionais.

A face mais visível desta estratégia foi a entrada em funcionamento do Balcão Único Eletrónico no dia 1 de abril de 2016, entretanto renomeado Balcão Único da Energia, que permitiu, até agora, o registo de mais de 5000 operadores, e facilitar acesso a um modelo de registo eletrónico de todas as obrigações legais previstas, ao mesmo tempo que garantiu uma informação estatística com um grau de *compliance* que nunca tinha sido alcançado anteriormente. Em 2022, o Balcão Único da Energia continuou a ser objeto de desenvolvimento, no âmbito das novas competências legais e alterações legislativas, sempre com o objetivo de cumprir o desígnio estratégico de transformar esta solução numa ferramenta partilhada por todos os organismos públicos do setor energético, dando resposta ao objetivo estratégico da simplificação administrativa, no qual uma ligação permite uma interação total, única e centralizada.

Além disso, a ENSE continuou a investir, em 2023 nas suas redes e plataformas de comunicações reforçando a sua capacidade de informação estratégica à nossa tutela, aos operadores do setor energético, mas também a toda a sociedade.

A ENSE é uma entidade que dispõe de receita própria obtida juntos dos operadores junto do Sistema Petrolífero Nacional. Este facto torna-a autónoma no que aos rendimentos diz respeito, não dependendo de qualquer dotação orçamental proveniente do Estado Português. No entanto, à luz das novas competências continuamos a pensar novas soluções de financiamento que garantam um reforço da sustentabilidade do modelo de financiamento desta entidade.

Os seus estatutos preveem que a Unidade de Reservas Petrolíferas, recupere, “quantum satis”, a totalidade dos seus gastos através da emissão de uma prestação pecuniária anual, a faturar e cobrar aos operadores petrolíferos.

Ademais, uma das parcelas de gasto contabilizadas anualmente, consiste no apuramento de uma verba inscrita no orçamento para o fundo estatutário, posteriormente executada, com o propósito de recomprar as reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolíferos, para compensar quebras do *stock* de reservas decorrentes do abastecimento do mercado energético nacional em situação de emergência, sendo que continuou a ser incrementado em 2022. Em 2023, face ao aumento extraordinário dos custos financeiros e para evitar onerar mais a prestação unitária, foi opção não reforçar o fundo estatutário.

ANOS	2021	2022	2023
Reforço do Fundo Estatutário	6 543 074,96 €	2 452 588,56 €	- €



6. Trabalho digno e crescimento económico

Acresce mencionar que a Unidade afeta à fiscalização, a Unidade de Controlo e Prevenção, sem prejuízo da necessidade de melhorar o seu modelo de financiamento, também já dispõe atualmente de receitas próprias.

Nestes termos, a sustentabilidade económica, financeira e patrimonial da ENSE tem sido alcançada.

O fundo estatutário é acumulado anualmente em *rubrica* específica dos capitais próprios, de acordo com as normas estatutárias da ENSE com o propósito mencionado.

Por esse facto, a entidade detém uma situação líquida acumulada tendencialmente crescente, em função da dotação anual para o fundo estatutário.

Para este apuramento é necessário expurgar o efeito de eventuais imparidades em inventário (perdas ou reversões) exigidas pela pelo referencial contabilístico vigente, IAS nº 2 e NCRF nº 18 cujo efeito é meramente potencial na medida em que a entidade não comercializa os seus *stocks* (reservas estratégicas).

Sistema de Avaliação de Desempenho

A ENSE, E.P.E. respeita e reconhece os esforços e empenho dos seus colaboradores no cumprimento da missão para a qual foi incumbida, na expectativa de obter deles cada vez mais o seu compromisso com a Entidade.

Assim, adotou uma política de valorização profissional dos seus recursos humanos, que assenta num sistema de avaliação do desempenho, efetuado anualmente, em associação com a antiguidade devida na categoria.

Os requisitos estão contemplados nos Regulamentos Internos, mais propriamente no Regulamento interno do Estatuto de Pessoal e Carreiras, em vigor desde 2018, e no Regulamento de Avaliação de Desempenho e respetivo Guia de Apoio, em vigor desde 2020, ambos alterados e republicados em 2021, considerando a necessidade de melhorias.



7. Infraestrutura

A ENSE faz um investimento contínuo na melhoria das suas instalações, tanto na sua sede como nas instalações do Depósito POLNATO de Lisboa, onde detém as reservas nacionais de combustíveis, garantido a segurança das mesmas, um reforço da sua operacionalidade.

Durante o ano de 2023 a ENSE investiu um montante total de 18 022,07 € na melhoria das suas instalações, como segue:

INVESTIMENTOS EM INSTALAÇÕES 2023 (€)	
SEDE	2 664,67
POLNATO	15 357,40
TOTAL	18 022,07

Os valores apresentados na sede correspondem a investimentos relacionados com a aquisição de novo mobiliário.

No Depósito POLNATO de Lisboa foi desencadeado um projeto de melhoria de operação e segurança para a criação de um novo coletor e sistema de bombagem na zona II, bem como uma nova ligação a um terminal marítimo adjacente nas instalações da OZ, e pigagem inteligente do sistema de oleodutos, investimentos estes que face ao *timing* de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento e ao fundamental cumprimento dos procedimentos formais de concurso e contratação tiveram que ser adiados para o ano de 2024.



8. Responsabilidade Social

O impacto da atividade da ENSE é valioso, tanto na sua função de fiscalizador, garantindo não só sistemas de produção e distribuição responsáveis, mas também, a transparência e competitividade do setor através de mecanismos como os preços de referência dos combustíveis, e respetiva publicação de relatórios e estudos.

Neste seguimento, cabe também a ENSE, a monitorização tanto de reclamações bem como de acidentes na cadeia de produção e distribuição de todo o sector energético.

Nos domínios da responsabilidade social ENSE tem adotado uma postura proativa, positiva, pedagógica, mas exigente na defesa do interesse público e do cumprimento do quadro legal vigente, nunca deixando de procurar envolver e apoiar sempre a comunidade que a envolve.

No âmbito das competências estatutárias da ENSE, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, são recolhidas amostras em todo o território nacional para análise. Após a publicação dos resultados analíticos, a ENSE procede à doação das amostras de combustível – não utilizadas na análise –, a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, bastando o seu registo através do seu [site oficial](#).

Nos últimos anos, a ENSE procedeu já a doações a instituições tais como a CERCIOEIRAS (2016), a APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora (2018) ou a Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (2019) e, em 2021, ao CRIB – Centro de Recuperação Infantil de Benavente.

Além disso, a ENSE nunca deixa de procurar promover uma relação positiva que ajude a alavancar a intervenção social e operacional no meio envolvente às suas instalações, sendo exemplo disso a manutenção do Protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, entidade parceira na formação e promoção da prevenção e segurança das instalações da POLNATO, através do qual a ENSE contribuiu financeiramente durante o ano de 2023 para a aquisição de equipamentos de proteção individual para esta corporação com o objetivo de reforçar a proteção de pessoas e bens.

13 CLIMATE ACTION



9. Alterações climáticas

A ENSE foca as suas operações maioritariamente nas instalações da sede e do Depósito da POLNATO de Lisboa, com deslocações frequentes dentro de Portugal como parte da sua função de entidade fiscalizadora de todo o setor energético.

Neste âmbito, verifica-se que a fatia mais considerável da pegada ecológica está relacionada com o consumo de energia nas suas instalações bem como pelo uso da sua frota automóvel.

A tabela infra apresenta uma estimativa em toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por cada tipo de energia consumida.

Energia	Emissões tCO ₂	Peso %
Eletricidade*	33,19	66,5%
Gás*	1,65	2,9%
Gasóleo	18,96	32,9%
Gasolina	3,88	6,7%
TOTAL	57,68	

*Dado a restrições administrativas o valor apenas inclui os consumos na POLNATO.



Emissões por trabalhador - ENSE, 2022

Verifica-se que o maior impacto na pegada ambiental da ENSE (relativamente a emissões) está ligado à utilização de eletricidade, verifica-se uma redução na sua pegada ecológica com o aumento anual de energias renováveis no mix elétrico nacional e a procura de otimizar os demais consumos energéticos.

Como consta na figura supra, a pegada carbónica por trabalhador na ENSE em 2023 foi de 1,11 t CO₂, um valor relativamente mais baixo (-27,50%) do que o valor registado em 2022, em que o valor ascendeu aos 1,53 t CO₂.

É ainda de destacar que, durante o ano de 2023, iniciou-se o processo de erradicação das coberturas com revestimentos de Amianto, tendo-se efetuado uma reabilitação total num dos edifícios da Zona III da POLNATO, ao mesmo tempo que foi apresentado junto da ADENE o primeiro Plano de Eficiência Energética.

Por outro lado, a ENSE mantém o seu Plano de Intervenção e Utilização das Reservas de Segurança (PIURSE) que se enquadra numa estratégia de resiliência a cenários de disrupção do setor petrolífero, mas que permitiu a criação do Centro de Coordenação Operacional da Energia que visa organizar respostas transversais de monitorização do normal funcionamento de todo o setor energético, e que, desse modo, visa replicar soluções de ligação, informação e articulação de respostas, que estão neste momento implementadas e que poderão ser os alicerces de um futuro Plano Nacional de Segurança Energética.

Adicionalmente, a ENSE é responsável por o acompanhamento e monitorização de acidentes nas instalações do setor energético.

